

**ROGÉRIO SANTOS DAFLON GOMES**

**OS REMOVIDOS SEGUNDO A IMPRENSA:**

**O tema do remanejamento compulsório na mídia tradicional**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do curso de Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof. Cecília Campello do Amaral Mello

Rio de Janeiro  
2014

## RESUMO

Este trabalho visa assinalar como a mídia do Rio de Janeiro vem ao longo de cem anos corroborando com a política de remoções na capital. Para isso, depois de uma abordagem mais geral sobre as remoções desde o início do século XX até os dias de hoje, dois momentos foram detalhados: as remoções de 1964, que resultaram na mudança compulsória de milhares de famílias de favelas para os conjuntos habitacionais Vila Kennedy e Vila Aliança; e o atual momento da administração municipal, que desde 2009, retomou a política de remoções na capital, fazendo com que mais de 80 mil pessoas deixassem suas casas. No primeiro caso, a análise recai sobre como as remoções foram retratadas pelo jornal O Globo em 1964, que fez um prêmio chamado “Adaptação”, destinado à família que mostrasse mais adequação àquela nova vida. No segundo, sobre a cobertura do mesmo jornal para com o tema, compreendendo o ano de 2009, para posteriormente estabelecer um paralelo nos dois períodos. O argumento central do trabalho é que, para se entender por que a política de remoções atravessa décadas no Rio de Janeiro, a imprensa conservadora deve ser vista como um dos atores a serem observados, além do poder público, do mercado imobiliário, da classe média como público alvo dessa própria imprensa e a população de baixa renda que vive sob o espectro da remoção.

**Palavras-chave:** Políticas de Remoções, Remoções no Rio de Janeiro, Imprensa.

## **ABSTRACT**

This study aims to point out the way Rio de Janeiro state communications media have been, for more than one century, corroborating with removal policies in the capital. For that, after a more general approach on removals since the beginning of the XX century until the present days, two moments have been detailed: the removals that took place in 1964, which resulted in the compulsory moving of thousands of families from slums into the Vila Kennedy and Vila Aliança housing complexes; and the present moment in which the municipal administration, starting in 2009, has restarted the population removal policy in the capital, with the compulsory moving of more than 80 thousand people out of their homes. In the first case, the analysis focuses on how these population removals have been covered by the newspaper O Globo in 1964, which created a prize they called "Adaptation", to be awarded to the family that better adapted to that new life. In the second case, about the same paper coverage on this subject, comprehending the year 2009, to after that establish a parallel between the two periods. This study's central argument is that, in order to understand why the policy of removals go through decades in Rio, the conservative media must be seen as one of the actors to be observed, besides the public authorities, the real estate market, the middle class as the target public of this newspaper and the low income population that is kept under the removal specter.

**Keywords:**Removal policies, Rio de Janeiro removals, Press.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS REMOÇÕES DOS ANOS 60.....	6
3 PÁGINAS DE ILUSÃO: A IMPRENSA COMO MENSAGEIRA DA UTOPIA..	22
4 REMOÇÕES DA ATUALIDADE .....	29
5 CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS.....	37

## 1 INTRODUÇÃO

Sem a pretensão de esgotar o tema, esta monografia tem como objetivo discutir o papel da imprensa na política de remoções de favelas nos anos 1960, 2000 e 2010, na cidade do Rio de Janeiro.

O paralelo entre passado e presente visa mostrar como a imprensa lidou com a questão das remoções em diferentes épocas, com destaque para o jornal O Globo, que contribuiu para a construção de um imaginário social específico sobre a temática.

Como jornalista, acompanhei de 2008 a 2013, integrando a imprensa tradicional, coberturas jornalísticas das editorias política e cidade, com interesse particular da questão urbana, a forma como a imprensa carioca trata de maneira tímida o tema, seja em termos históricos, seja em termos da atual administração municipal do Rio, em cujo número de remoções superou o de governos anteriores, guardadas as devidas proporções quanto às diferenças demográficas de uma administração para outra.

Depois de uma abordagem mais geral sobre as remoções desde o início do século XX até os dias de hoje, dois momentos foram detalhados: as remoções de 1964, que resultaram na mudança compulsória de milhares de famílias de favelas para os conjuntos habitacionais Vila Kennedy e Vila Aliança; e o atual momento da administração municipal, que desde 2009, retomou a política de remoções na capital, acarretando o abandono, não voluntário, de mais de 80 mil pessoas para com suas casas.

No primeiro caso, a análise recai sobre como as remoções foram retratadas pelo jornal O Globo em 1964, que fez um prêmio chamado

“Adaptação”, destinado à família que mostrasse mais adequação àquela nova vida. No segundo, sobre a cobertura do mesmo jornal para com o tema, compreendendo o ano de 2009, para posteriormente estabelecer um paralelo nos dois períodos.

O argumento central do trabalho é que, para se entender por que a política de remoções atravessa décadas no Rio de Janeiro, a imprensa conservadora deve ser vista como um dos atores a serem observados, além do poder público, do mercado imobiliário, da classe média como público alvo dessa própria imprensa e a população de baixa renda que vive sob o espectro da remoção.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS REMOÇÕES DOS ANOS 60**

Esta monografia pretende demonstrar que a adesão da imprensa tradicional às remoções compulsórias, supracitada como algo extremamente atual, já perdura mais de um século. Optamos analisar a adesão de setores expressivos da imprensa aos projetos de remoções no período do governador Carlos Lacerda (1960-1965), quando milhares de pessoas foram transferidas para conjuntos habitacionais, para posteriormente compará-los com os dias de hoje.

Neste primeiro momento apresentaremos uma contextualização político-social do histórico de remoções que compreende a cidade do Rio de Janeiro, desde meados do século XX até a atualidade, com o objetivo de situar o leitor para os aprofundamentos que virão nos próximos capítulos.

Seguindo a cronologia que o assunto incube, iniciaremos esta pesquisa analisando a produção acadêmica em torno das remoções, para fornecer um contexto histórico. Como ponto de partida, um exemplo de como a imprensa constrói uma determinada visão da sociedade sobre a favela e a dissemina para as camadas médias e a elite da sociedade.

Nos anos 1900, o Jornal do Brasil publicava um texto segundo o qual o Morro da Providência, onde soldados da batalha de Canudos passaram a morar, era infestado de vagabundos e criminosos que sobressaltavam as famílias. A reação foi imediata, em resposta ao então chefe de polícia, como

transcrevem Alba Zaluar e Marcos Alvito no livro “Um século de favelas”, um delegado envia uma carta:

Obedecendo ao pedido de informações que V.Ex.<sup>a</sup>, em ofício n 7071, ontem me dirigiu relativamente a um local do Jornal do Brasil, que diz o que são o sobressalto das famílias no local designado, se bem que não há famílias no local designado, é ali impossível ser feito o policiamento porquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do Exército, não há ruas, os casebres são construídos de madeira e cobertos de zinco, e não existe em todo morro um só bico de gás, de modo que para completa extinção dos malfeitores apontados se torna necessário um grande cerco, que para produzir resultado precisa pelo menos de um auxílio de 80 praças completamente armados. (...) Parece, entretanto, que o meio mais prático de ficar completamente limpo o aludido morro é ser pela Diretoria de Saúde Pública ordenada da demolição de todos os pardieiros que em tal sítio se encontram, pois são edificados sem a devida licença municipal e condições higiênicas. (ZALUAR; ALVITO, 1999, p. 8 e 9).

Há três aspectos a serem assinalados até aqui. Em primeiro lugar, evidencia-se na carta um discurso permeado pela lógica do higienismo, sempre associada à ideia de modernidade e que ganhara força já no período imperial, com a atuação de órgãos como a Academia Imperial de Medicina a partir da segunda metade do século XIX, e intensificou sua presença na República ao apontar como alvo de focos de graves doenças as habitações populares, como cortiços e casas de cômodo.

Essa argumentação médica ajudou a induzir uma nova organização espacial em que a segregação por classes sociais encontrava eco no poder público e nas camadas mais abastadas da população. Abreu mostra como o discurso do higienismo e da medicina social fundamentou-se:

No discurso das elites, a posição que o país agora ocupava na divisão internacional do trabalho exigia uma nova capital. A modernização crescente da economia urbana não condizia com uma área central ainda tipicamente colonial, com ruas estreitas e sombrias; onde se misturavam usos e classes sociais diversos; onde os edifícios públicos e empresariais estavam ao lado de cortiços. Não condizia também com a ausência de avenidas largas e dos prédios suntuosos que cada vez mais proporcionavam status à rival platina. Era preciso acabar com a imagem de que o Rio de Janeiro era sinônimo de epidemias, de insalubridade, e transformá-lo num verdadeiro símbolo do ‘novo Brasil. (ABREU, 1986, p.125 e 126).

Em segundo lugar, nota-se uma generalização da imagem dos moradores ao rotulá-los de vagabundos, desocupados, desertores e ladrões, utilizando um artifício estigmatizante com o intuito de criminalizar o lugar. Como terceiro ponto, vê-se não só uma cumplicidade de opinião da classe média e da

polícia, como também da imprensa, ao construir a percepção da favela como um problema social, para o qual a solução ideal seria, naquela dada, a expulsão sumaria daquela população.

Não há dúvida, portanto, de que o delegado de polícia, ao representar o aparato repressivo, estava em sintonia com as classes abastadas e os meios de comunicação que as têm como público leitor e, portanto as representa, embora essa ação possa ser questionada ao se debater o papel da imprensa ou mesmo sua função social.

Em 1900, contudo, não era a favela, tipologia ainda tímida no cenário carioca, que sofria toda a sorte de preconceitos. O cortiço atraía como um imã os rótulos da criminalidade e da falta de condições sanitárias.

Pouco tempo depois da abolição da escravatura, fez-se um censo da cidade pelo qual se chegou à conclusão de que “os bairros do centro concentravam mais de 80% das indústrias das cidades”, segundo registra Rafael Soares Gonçalves (2013) no livro “Favelas do Rio de Janeiro, história e direito”.

Apesar da expansão da rede de transportes públicos a partir de 1860-70, as classes mais carentes não tinham como arcar com os custos de transporte, o que as forçava a se apinhar nos cortiços do Centro. (GONÇALVES, 2013, p. 38)

A concentração populacional nos cortiços também tem explicações a partir da Guerra do Paraguai, em função do conflito, o país vivera um desenvolvimento manufatureiro e setores econômicos se beneficiaram desse momento. O Estado, contudo, optou por incentivar a imigração maciça de europeus, em vez de transformar gradualmente os escravos em mão de obra livre. Assim, a chegada de uma multidão de europeus e a multiplicação das alforrias de escravos provocaram um aumento sem precedente da população do Rio de Janeiro, saltando de 235.000 habitantes em 1870 para 522.000 em 1890 (Vaz, 1994).

Para Gonçalves (2013, p. 38), “a consequência disso foi a superlotação dos prédios antigos do centro da cidade, principalmente os mais precários, originando, assim, uma grande quantidade de cortiços na cidade.”

É nesse contexto que a política de higienização vai se disseminar entre os mais abastados da sociedade carioca. Lícia Valladares abre um atalho



sobre esse tema ao dizer que a problematização da favela, ocorrida quando a favelização não se generalizava no Rio, “contou com um forte respaldo do saber médico, em um prolongamento do diagnóstico feito ao cortiço e à pobreza”. (VALLADARES, 2000, p. 14.)

No Rio de Janeiro do fim do século XIX, a autora circunscreve que foram os cortiços os primeiros a serem associados a uma imagem negativa da moradia do mundo popular. Ao perceber uma aceitação de tal preceito, o prefeito Pereira Passos fez a primeira grande erradicação de um grande número de habitações populares, ao fim de sua gestão, em 1906:

1681 habitações haviam sido derrubadas, quase 20 mil pessoas foram obrigadas a procurar a nova moradia no curto espaço de quatro anos. As reformas do governo Rodrigues Alves (então presidente da República que nomeou Passos) marcaram profundamente a vida do Rio de Janeiro. (...) Não por acaso, à semelhança do que ocorrera em Paris sob a administração de Eugene Haussmann (entre 1853 e 1870). Jovem, Passos testemunhara a transformação por que passou Paris, sob a administração de Hausmann, chegando a participar de reuniões abertas entre engenheiros. (ROCHA, 1986, p. 60-72).

Quarenta e cinco anos depois, Passos, então com 66 anos como Haussmann, obteve grande autonomia ao iniciar seu mandato. De acordo com, Pinheiro Junior e Fialho (2006), o então renomado engenheiro condicionou a aceitação do convite de assumir a prefeitura do Rio à condição de ter plenos poderes à frente do cargo.

Rocha (1986) afirma que Rodrigues Alves aprovou a Lei 939 no Congresso pela qual a eleição do legislativo municipal do Rio seria adiada por seis meses, a partir do início de seu mandato, configurando assim, um estado de exceção na então capital federal.

Há um importante relato na Revista Rio de Janeiro publicado em 2003, que comprova o poder que Pereira Passos teve à frente da administração da capital federal. Na publicação, as pesquisadoras Angela Moulin Simões Penalva Santos e Marly Silva da Motta incluíram um trecho extraído da imprensa pelo jornalista Ferreira Rosa escrito em 1903:

O presidente Rodrigues Alves obteve do Congresso uma lei que entregava o Distrito Federal ao governo de um homem enquanto não fosse eleito novo Conselho Municipal; e para encontrar um homem na altura dessa elevadíssima função não teve mais do que dirigir-se ao engenheiro Pereira Passos e pedir-lhe que aceitasse o cargo de prefeito. Como este ilustre brasileiro correspondeu à confiança nele depositada sabe a população inteira desta capital. (...) E a obra deste homem sem ligações políticas é tão apreciável que já no

Congresso Nacional apareceu um projeto de lei adiando a eleição do legislativo municipal dilatando assim por mais um ano a independência administrativa do invulnerável prefeito Passos. (ROCHA, 1983, p.47).

Como observou Jaime Benchimol (1990), o então presidente da República Rodrigues Alves tirou das ruas do Rio o espírito democrático ao determinar que Passos poderia legislar por decretos, dispor discricionariamente do aparelho administrativo e realizar operações de crédito sem anuência do Legislativo. A arrogância de Passos então seria uma consequência disso, assim como algumas de suas atitudes totalitárias.

Houve um proprietário que não queria deixar seu prédio. Situado próximo ao Largo da Carioca. Não tendo para onde ir, solicitou à comissão um prazo mais dilatado para que pudesse efetivar as mudanças. O pedido foi negado. Indo à Justiça, esta lhe deu ganho de causa, mas o prefeito Passos não se conformou com a decisão judicial. Armada uma turma de trabalhadores da prefeitura, com escadas e picaretas, foram visitar, de madrugada, a propriedade do comerciante, destelhando-a rapidamente. Pela manhã, ao dar conta do que acontecera com seu imóvel, não lhe restou outra opção senão a mudança. (ROCHA, 1986, p. 66).

As demolições da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) e em outras ruas causaram um rompimento em grande escala na rotina da cidade. Para o autor de “Pereira Passos, um Haussmann tropical” (Benchimol, 1990), o açodamento de Passos causou grandes danos.

A necessidade de uma ação rápida decorria do enorme custo social e político da obra. A avenida (e o elenco de normas e proibições que acompanharam sua construção) desabrigou milhares de pessoas e desorganizou, drasticamente, seu quadro cotidiano de existência; varreu, em seu caminho, além das casas de cômodos e cortiços, uma infinidade de pequenos estabelecimentos comerciais, oficinas e fabriquetas. (BENCHIMOL, 1990, p. 229)

O pensamento crítico de Carlos Maximiliano Pimenta de Laet, membro da Academia Brasileira de Letras e articulista de vários jornais, em relação à reforma de Passos surge na época em artigo no Jornal do Brasil intitulado “Que poeira”. Nele, Laet diz que a Avenida Central foi “feita sem preparo, sem medidas preliminares, sem governo (porque governar é prever), é ao mesmo tempo atentatória contra os direitos dos proprietários e contra os mais sagrados interesses da população não abastada”. (LAET, Jornal do Brasil, 24 de maio de 1906)

Laet denunciava o desalojamento de milhares de famílias que viviam em cortiços, vilas e pequenas casas demolidas e a inexistência de plano de construção de casas para elas. (LAET, *Jornal do Brasil*, 24 de maio de 1906) Dessa forma, como escreve ainda Rafael Gonçalves Soares (2013, p. 54):

Os antigos moradores de cortiços foram obrigados a buscar moradia em outros lugares: alguns partiram para os subúrbios; outros se apinharam nos cortiços que haviam escapado das demolições. E, finalmente, uma parte juntou-se aos demais ocupantes dos morros da cidade.

O prefeito ainda criou empecilhos legais tão rígidos à construção residencial, por intermédio do decreto 391, de 1903, que o morro passou a ser a opção possível e, surpreendentemente, permitida. Assim, se o decreto proibia qualquer reforma nos cortiços, o que não foi totalmente seguido à risca devido à necessidade indicada pelo sanitarista Oswaldo Cruz de se fazer algum tipo de reforma visando a melhorar as condições sanitárias, por outro lado, em seu artigo 36 determinava-se que “os barracões toscos não serão permitidos, seja qual for o pretexto de que se lance mão para obtenção da licença, salvo nos morros que ainda não tiverem habitações e mediante licença”. (Brasil, 1903)

Numa clara indução das populações de baixa renda a ocupar as encostas em função delas não estarem tão visíveis aos olhos de quem, como o prefeito e os empresários da época, queria formar um ambiente de negócios e acumulação do capital. Não se imaginava na época que casebres nas encostas, então invisíveis aos olhos da elite, surgiriam indisfarçáveis, tempos depois.

Rafael Soares Gonçalves, no texto “A construção jurídica das favelas do Rio de Janeiro: das origens ao Código de obras de 1937” descortina essa estratégia:

Na verdade, o abrandamento da aplicação estrita do direito contra os cortiços, a tolerância da ocupação dos morros e o aumento da oferta de trabalho, por causa da reforma urbana, foi um meio eficaz de controlar a insatisfação da população sem prejudicar, ao menos em um primeiro momento, a acumulação do capital. (GONÇALVES, 2006, p. 7).

De qualquer forma, o artigo 2 do decreto 391 trazia em seu bojo uma visão elitista da construção de habitações, tornando inviável, nesses termos, a moradia em termos legais, para a camada mais pobre da população. O artigo fala por si:

Art. 2.º - Para obtenção da licença instruirá o proprietário o seu requerimento, em que declarara o tempo de que precisa para conclusão das obras e qual o nível em que se acha o terreno em relação ao do passeio da rua, com os seguintes documentos, selados na forma da lei:

1º - Plano completo da obra, compreendendo planta de cada pavimento, elevação geométrica das fachadas principais e as secções longitudinais e transversais que forem necessárias para fácil compreensão do projeto; 2º - Plano, nas mesmas condições, de todas as dependências a construir; 3º - Prova da posse do terreno, quando a respeito houver dúvidas;

4º - Procuração legalmente passada, quando o proprietário delegar os seus poderes a outrem. (DISTRITO FEDERAL, 1903, p. 90-105).

Este decreto, portanto, tornou o acesso à moradia muito mais difícil, uma vez que foram acrescentadas exigências técnicas, arquitetônicas e legais para as construções, isto é, permitia que apenas as classes médias e abastadas pudessem construir suas habitações, fazendo, assim, um corte de classe e não dando outra opção à população de baixa renda a não ser a construção ilegal, ou seja, fora dos padrões do decreto. Era um modelo coerente com o perfil segregacionista da burguesia da época, algo perceptível ainda hoje no Rio de Janeiro.

Lílian Vaz (1994) diz que mesmo nos subúrbios distantes do centro e, portanto, dos centros de trabalho, não havia como construir legalmente dentro dos parâmetros de decreto. A consequência, assinalada por Vaz, foi o crescimento das favelas:

Expulsos do centro e impedidos de se assentar até nos locais mais distantes e mais econômicos, os pobres encontraram outra opção na ocupação de morros vazios nas proximidades do centro. A autoconstrução com materiais precários sobre terrenos de propriedade incerta se difundiu rapidamente e a favela começou a se fazer notar na paisagem da cidade. (VAZ, 1994, p 588)

No início dos anos 1920, já em outro governo municipal, uma remoção compulsória em apenas um território marcaria a cidade. Trata-se do desmonte do Morro do Castelo, no centro, de onde quatro mil pessoas tiveram de sair, sob a justificativa de que a derrubada do morro era uma das medidas para as obras de comemoração do centenário da independência do país. Esta, contudo, é a explicação oficial. Estudos dissonantes afirmam que isso não passou de um pretexto, a voz dos desalojados compulsoriamente também revela que não houve na época sinal de indenização ou mesmo qualquer espírito compensatório.

No artigo “Discursos e imagens acerca de intervenções urbanas no Rio de Janeiro (1920-1940): a questão da valorização fundiária em planos e projetos urbanos”, as professoras Fernanda Furtado e Vera Lucia Ferreira Motta Resende trazem à tona alguns aspectos nesse sentido:

O arrasamento é justificado pela necessidade de criação de uma área de aterro para a Exposição Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil em 1922 e pela abertura de novas quadras para a expansão da área central. Como argumento a favor do desmonte, retorna, ainda, a necessidade de melhoria das condições de higiene do Centro, recomendação recorrente desde o início do século XIX. (FURTADO; RESENDE, 2008, p. 118)

Já o escritor Lima Barreto (1921) foi na época, cortante em sua crítica ao então Prefeito Carlos Sampaio, que, como Passos, teve carta branca da Presidência da República para promover as reformas, que de caráter higienista, seguia os preceitos de Pereira Passos, mesmo após 14 anos do fim do mandato deste e da passagem de nove prefeitos à frente da administração da capital federal.

Vê-se bem que a principal preocupação do atual governador do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas partes: uma será europeia e a outra, a indígena. Municipalidades de todo o mundo constroem casas populares: a nossa, construindo hotéis chics, espera que, à vista do exemplo, os habitantes da favela e do Salgueiro modifiquem o estilo das suas barracas. (REVISTA CARETA. Rio, 15/01/1921)

Cláudia Míriam Quelhas Paixão mostra em sua dissertação a tristeza de dois moradores do Morro do Castelo ao deixarem sua residência:

A família do Sr. Francisco e de D. Florinda saiu um dia antes de sua casa ser demolida e foi para a Praça da Bandeira. Para eles o novo lugar era muito ruim, pois sequer tinha água. Sobre os outros moradores do Castelo, eles contam que também não queriam sair do morro, mas não houve revolta, pois ninguém acreditava que o Castelo pudesse vir a baixo. Terminam seu relato informando que, depois de alguns anos morando na Praça da Bandeira, a família Alói se mudou para a rua Paula Matos, na subida do morro de Santa Teresa. (PAIXÃO, 2008, p. 179).

Para o geógrafo Maurício Abreu mandato de Carlos Sampaio trazia uma inflexão na administração do município:

Representa, ademais, a época em que as preocupações com o valor de troca do solo urbano passam a figurar explicitamente nos planos municipais. Isto porque as sucessivas ondas de melhoramentos empreendidas pelo poder público detonaram um processo de valorização crescente de terrenos, que a prefeitura pretendia agora capturar para si. (ABREU, 1987, p. 78)

Vinte e dois anos depois, a Avenida Presidente Vargas, inaugurada em 1944, sob o período autoritário do Estado Novo em homenagem a Getúlio

Vargas, então presidente, resultou na destruição de mais de 525 edificações, incluindo quatro igrejas, seis bancos, o edifício do Paço Municipal e um mercado. O prefeito da época era Henrique Dodsworth, que, nomeado como interventor em 1937, só deixou o cargo em 1945, com o fim do Estado Novo.

Cabe ressaltar que no regime do Estado Novo foi criado o Decreto-Lei de Desapropriação de 1941 (número 3.365), que retirava do Poder Judiciário a prerrogativa de se pronunciar no processo de desapropriação, sobre a questão de se existirem ou não, no caso concreto, as condições constitucionais autorizativas de desapropriação, como ressalta o jurista Rubem Nogueira (1983).

Nota-se que a Lei de 1941 foi elaborada com base no Decreto-Lei 1021, assinado pelo Presidente Rodrigues Alves visando às reformas de Pereira Passos no Rio. Nota-se também o nexos do viés autoritário de Rodrigues Alves, no que diz respeito à autonomia que este proporcionou a Passos no Rio, e de Getúlio Vargas, que então governava o Brasil com 'mão de ferro' no Palácio do Catete no Rio, dando amplo poderes a Dodsworth na capital federal.

Tal fato deu ensejo à construção de parques operários no governo de Getúlio Vargas, que pôs o médico Victor Tavares de Moura, detentor de um discurso higienista, como coordenador. De acordo com Burgos (1999), à população de baixa renda só cabia uma política habitacional criada em 1933 e com recursos do Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que previa a construção de habitações populares aos empregados vinculados aos próprios IAPs, ou seja, excluindo a mão de obra informal e, por consequência, boa parte dos moradores de favela.

O discurso de Tavares Moura em relação à favela remete à teoria populacional malthusiana, em que o sociólogo e economista que dá nome à teoria alertava, quanto aos problemas relacionados ao aumento populacional desproporcional à quantidade de meios de subsistência.

Eu pessoalmente tenho a impressão de que a cidade do Rio de Janeiro tem mais habitantes do que deveria ter. E este excesso é que representa, até certo ponto, um peso morto para a população, deve estar localizado justamente nas favelas e nas casas de cômodo. (MOURA, 1940, p.3).

Seja com for, os parques proletários foram uma tentativa vã de se estancar o crescimento das favelas. Os três construídos, Gávea, Leblon e Caju,

obviamente não deram conta de tal tarefa. Tavares Moura reconhece o fracasso da tentativa quando diz à Folha Carioca:

Para ser solucionado [o problema da favela], o esforço tem que ser de vulto. Porque a favela tem fôlego de sete gatos. Ela não é só o barracão que se incorpora a outro barracão e ainda a outros mais. [A favela é] um livro aberto que é preciso saber ler. A solução é complexa, mas pode se encontrar começando-se por não destruir os casebres sem lhes dar substituto. (FOLHA CARIOCA, RIO DE JANEIRO, 1944)

Burgos descreve o fracasso da iniciativa dos parques proletários, em seu livro “Dos parques proletários ao favela-bairro”:

Para onde se transferiram mais de quatro mil pessoas, com a promessa que poderiam retornar para as áreas próximas daquelas que viviam, assim que tivessem urbanizadas. Mas, ao contrário do prometido, acabaram permanecendo muito tempo nesses parques, deles saindo somente mais tarde, expulsos, quando a valorização imobiliária daqueles respectivos bairros, particularmente os dois primeiros. (BURGOS, 1999, p. 28).

Após o fracasso dos parques proletários, a favela expandiu-se nos anos 1950 e 1960, e como escreve Marcelo Burgos (1999), o termo favela disseminou-se e ganhou uma conotação mais descritiva de um tipo de construção numa topografia particular e menos pejorativa do que nos primórdios de seu uso. De 1950 até 1964, quando foi instaurado o regime de exceção dos militares no país, houve uma articulação entre favelas como nunca acontecera antes. Mais unidas, suas populações passam a cobrar direitos não só à permanência como à instalação de infraestrutura.

O golpe militar, contudo, teve em seu histórico uma série de perseguições, mortes e torturas de líderes de favelas, estancando e pulverizando as articulações entre comunidades do Rio. O período seguinte em que as favelas reconheceram-se como uma força política, é representado pela gestão de Carlos Lacerda como governador da Guanabara (1960-1965). Foi então o marco inicial da produção de conjuntos habitacionais associada à política de remoção de favelas.

Se no período 1930-1960 surgiram as periferias e se consolidaram as favelas como formas por excelência do habitat popular, os 30 anos seguintes se caracterizaram pela fixação desse padrão, em contrapartida, por iniciativas de enfrentamento do problema habitacional, principalmente da política de remoção de favelas e de construção de conjuntos habitacionais nas áreas periféricas. (CARDOSO, ARAÚJO e COELHO, 2007, p. 56)

Tal política começa a se materializar com a construção da Cohab-GB. Em 1962, o governador Carlos Lacerda criou a Cohab-GB, transformada em Cehab-RJ na segunda metade dos anos 1970, após a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro. Até 1965, a Cohab construiu os conjuntos Vila Kennedy, Vila Aliança e Vila Esperança, com respectivamente 5.069, 2.187 e 464 unidades habitacionais, com o objetivo de abrigar as famílias removidas das favelas. Os conjuntos situavam-se na zona oeste da cidade (AP-5) e na Região Administrativa de Anchieta (AP-3), áreas que então apresentavam baixa acessibilidade ao centro urbano. (Cardoso; Araújo; Coelho, 2007)

Lacerda, tal como Passos, Sampaio e Vargas, foi extremamente autoritário na promoção de remoções. Mas foi o governador Negrão de Lima, sucessor de Lacerda, que promoveu o maior número de remoções.

Mario Brum (2012) afirma que entre 1965 e 1971, Negrão de Lima removeu junto com o governo federal 62 favelas (total ou parcialmente), retirando mais de 170 mil moradores construindo mais de 35 mil unidades habitacionais em conjuntos como Cidade de Deus (os prédios), Cidade Alta, Quintungo, Guaporé, entre outros.

Ainda que haja uma cota de apartamentos para não-removidos (cerca de 10%) estamos falando de mais de 30 mil famílias que, no mínimo, foram removidas, ainda que não ficassem nos conjuntos posteriormente. Negrão de Lima, embora tenha oferecido recursos para reurbanização de favelas, como foi o caso da de Brás de Pina, coordenada pelo arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos, e Morro União, seguiu à risca a cartilha do governo federal autoritário da época, que ao criar a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (Chisam) em 1968 radicalizou a política das remoções até 1973, com a extinção do órgão e um arrefecimento dessa própria política em 1975.

Há que se observar que no período mais autoritário do regime militar ocorreu o recrudescimento das remoções. As remoções de favela não começaram, propriamente, com o regime instalado pelo golpe militar, mas a política de remoções de favelas no Rio de Janeiro foi tremendamente intensificada justamente no período mais violento e autoritário da ditadura, tendo sido bastante impulsionada por um órgão ligado ao Ministério do Interior



(Chisam), que atuou de 1968, mesmo ano em que foi editado o Ato Institucional número 5, o AI5, que abriu caminho para cassação dos direitos políticos até 1973.

A política de remoção, no caso emblemático do Rio, tinha diversos objetivos: retirar as favelas da Zona Sul, área nobre da cidade, e de áreas que estavam sendo valorizadas; afastar os pobres das classes médias e altas; desmobilizar as associações de moradores; acabar com as ocupações irregulares e o não pagamentos de taxas e impostos; tornar a paisagem mais agradável e menos “poluída” pelas favelas. Trocando em miúdos, o programa de remoções de favelas tinha como meta muito clara favorecer o capital imobiliário e os moradores privilegiados. (SOUZA;RODRIGUES, 2004, p. 44-45)

Os professores Marcelo Lopes de Souza e Glauco Bruce Rodrigues (2004) escrevem ainda que houve várias perseguições aos favelados, postas em prática pelo regime militar. No Rio, acrescentam os dois geógrafos, “não foi permitido às pessoas escolher entre ficar e sair da favela”. (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 46)

Houve resistência e alguns líderes da (FAFEG) Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara foram presos. Burgos dá uma síntese do que foi o período da Chisam em toda a sua dramaticidade:

A história dessas remoções, ocorridas sobretudo entre 1968 e 1975, representa um dos capítulos mais violentos da longa história de repressão e exclusão do Estado brasileiro. Na verdade, sabe-se muito pouco a seu respeito, mas o que se sabe permite supor a extensão de sua dramaticidade.(BURGOS, 1999, p; 36)

O próprio Burgos (1999) demonstra, em números, o fracasso dessa ação: a proporção de favelados em relação aos habitantes do Rio caiu apenas de 13,2% na década de 1970 para 12,3% na década seguinte. Se nos anos 1980, a política de remoções arrefeceu-se, nos anos 1990 a reurbanização de favelas ganhou espaço com o programa Favela-Bairro, que teve altos e baixos e terminou melancolicamente nos anos 2000 com os equipamentos instalados em favelas destruídos em sua maioria, embora haja casos de reurbanização considerados bem-sucedidos como o do Parque Royal, na Ilha do Governador, e Fernão Cardin, no Engenho Novo, em que se vê a necessidade de continuidade das obras de infraestrutura. Mas o Favela-Bairro, ao contar com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, fez uma quantidade de reurbanizações em favelas numa escala até então inexistente no país. E, de certa forma, ajudou as favelas a fincar raízes na cidade e espantar o espectro da remoção.

Nos fim dos anos 2000, as propostas de remoção que pareciam superadas a partir da década de 90, voltaram a ganhar força na administração de Eduardo Paes. Em reportagem do Jornal O Dia, publicada em 19 de fevereiro deste ano, Paes admitiu à Anistia Internacional remoções realizadas com "pouco diálogo" para obras como as dos BRTs, Transcarioca, Transolímpica e de famílias em áreas de risco.

Ao ter em mãos um abaixo-assinado com cinco mil assinaturas contra as remoções, ele afirmou: "Recebo a petição com toda a atenção e reconheço que a prefeitura, em alguns episódios, dialogou mal com as comunidades". (Jornal O Dia, fevereiro de 2014). Segundo a prefeitura, desde 2009, primeiro ano do mandato, até abril de 2014 mais de 19 mil famílias já foram removidas.

Paes gosta de ser comparado com Pereira Passos, no sentido de desprezarem o conceito de direito à cidade, criado pelo filósofo e sociólogo Henri Lefebvre (1969), há mesmo algumas conexões entre o comportamento de Paes e Passos. O próprio Paes, em sua campanha pela reeleição, deu ênfase à comparação em entrevista ao jornal O GLOBO (2012), o prefeito deu a seguinte declaração ao lado de um ator representando a figura de Passos com indumentária típica do início do século passado:

Isso (a fantasia) foi de brincadeira — desconversa o prefeito, dias depois, ao falar sobre como gostaria de ser lembrado: Um urbanista à la Pereira Passos com um coração à la Pedro Ernesto, interventor entre 1931 e 1935 e prefeito de 1935 a 1936, lembrado por grandes feitos na saúde e na educação. (Jornal O Globo, 9 de setembro, 2012)

À guisa de ilustração, em reportagem do jornal O DIA (2013), a Secretaria Municipal de Habitação informou que 19.200 famílias haviam deixado suas casas compulsoriamente na gestão do Prefeito Eduardo Paes, iniciada em primeiro de janeiro de 2009. O próprio jornal, apesar de divulgar um número tão superlativo, não acompanhou os desdobramentos de tal ação, que envolvem, por exemplo, aspectos como a situação das famílias no momento em que foram pressionadas a abandonar suas residências e como e onde passaram a morar.

O arquiteto Lucas Faulhaber (2013), em sua monografia para a Universidade Federal Fluminense, realizou um levantamento de boa parte dessas remoções, dos deslocamentos compulsórios e das obras urbanísticas que deram ensejo a eles, como a dos corredores expressos conhecidos como

BRT (Bus Rapid Transit - Transporte Rápido para Ônibus). Ele ainda destacou a adesão da imprensa tradicional para com as remoções concluídas pela administração de Eduardo Paes, além de evidenciar o caráter segregador de tais ações.

É importante colocar que esse não é um processo velado, possui apoio da grande imprensa, principalmente quando se associa essas ocupações à violência, a temas ambientais ou até às necessidades impostas pelos megaeventos. Como planejamento urbano, esta reafirmação do modelo centro-periferia só tende a trazer ainda mais problemas para a dinâmica da cidade. Os reassentamentos são majoritariamente colocados em áreas sem infraestrutura, serviços básicos e, principalmente, sem mercado de trabalho. Grande parcela destes cidadãos é obrigada a se deslocar enormes distâncias para trabalhar. Isso quando estes não ocupam novamente outra área em condições desfavoráveis. Enquanto isso, áreas centrais que poderiam ser utilizadas prioritariamente para uma política de habitação de interesse social como a do Porto, foram loteadas para iniciativa privada multiplicar os seus lucros. (Faulhaber, 2013).

Como profissional atuante na imprensa tradicional, intrigou-me não só esta adesão como também o silêncio diante de políticas habitacionais equivocadas, como a do Banco Nacional de Habitação (BNH), e da ausência de políticas nacionais após o governo federal em 1986 ter extinto o BNH.

O professor Adauto Lucio Cardoso, do IPPUR, sintetiza em artigo a atuação do banco associando às remoções.

A política desenvolvida pelo BNH também revelou-se incapaz de atender os setores mais carentes (a faixa de população de renda até 3 salários mínimos), além de ter sido responsável por uma brutal remoção de população favelada para conjuntos mal equipados na periferia da cidade, com graves consequências sociais. Os investimentos sociais do BNH, no entanto tiveram algum impacto quantitativo sobre a população na faixa de 3 a 10 salários mínimos sobre a ampliação da oferta de serviços de saneamento básico, principalmente de abastecimento de água, o que contribuiu para reduzir, relativamente, as desigualdades espaciais nas cidades. (CARDOSO, 2009, p.3)

Com o fim do BNH, em 1986, os recursos do FGTS passam a ser crescentemente objeto de disputa entre os grupos que compunham o governo federal, oscilando entre tendências a submetê-lo às diretrizes de política econômica e utilizá-lo como moeda de troca nas negociações clientelistas para a manutenção da coalizão que dava suporte político à Nova República. (Cardoso, 2009)

Em 2011, o jornal O GLOBO, produz uma série de reportagens sobre conjuntos habitacionais em coautoria com o repórter Rafael Galdo, onde ficou

exposto a forma autoritária e desumana como foram transferidas as famílias para conjuntos habitacionais no período de Lacerda à frente do governo da Guanabara, no Rio de Janeiro. Pode-se dizer que tais reportagens integram as raríssimas exceções à regra ao abordar a questão das remoções de forma crítica, seja no passado, seja no presente.

Para Nelson Diniz (2012), na época de Passos, o contexto era tão etnocêntrico como hoje, mas com uma diferença: enquanto no início do século XX imperava o eurocentrismo, traduzido pela representação da superioridade do saber produzido no continente europeu, atualmente o que comanda o discurso de Eduardo Paes é um “globocentrismo”, em que se dissemina uma inexorável necessidade de inserção competitiva da cidade na economia mundializada. Diniz cita as duas grandes reformas urbanas na Região Portuária no passado e no presente para explicitar os pontos comuns e as sutis diferenças.

A conquista e colonização da América foram acompanhadas por uma violência epistêmica que destruiu ou subordinou os conhecimentos dos povos originários e fez emergir o eurocentrismo como manifestação da superioridade dos saberes produzidos no continente europeu. Trata-se de etnocentrismo que se deslocou com a hegemonia, o que faz com que, hoje, os conhecimentos anglo-saxônicos estejam no topo da organização hierárquica de saberes. (DINIZ, 2012, p.3)

Diniz também traz à tona o discurso que dá suporte ao eurocentrismo.

A colonialidade do saber acompanhou a constituição do discurso científico moderno. As pretensões de neutralidade, universalidade e objetividade da ciência moderna, assim como a naturalização das relações sociais que seu discurso produz, são construções coloniais. Essas características do pensamento científico moderno, o modo como se articulam com as relações coloniais de poder, contribuem para explicar sua eficácia neutralizadora. Eficácia que sustenta a colonização do imaginário dos dominados e é fundamental para a estabilidade do padrão assimétrico de relações de poder. (DINIZ, 2012, p 5)

Os saberes sobre a cidade e o planejamento urbano também se formaram sob a influência da colonialidade. Os dois momentos destacados neste artigo, o princípio do século XX, com a modernização do Porto do Rio de Janeiro no âmbito da reforma Pereira Passos, e o princípio do século XXI, com

o “sonho tornado realidade” da “revitalização” da Região Portuária do Rio de Janeiro, são exemplos da constituição colonial dos saberes sobre a cidade.

Por outro lado, Vainer (2003) desenhou a encruzilhada em que a cidade se encontra:

A era que vivemos é marcada pelo embate entre duas utopias urbanas. De um lado tem-se a utopia da cidade-empresa, da cidade-mercadoria, da cidade-negócio. Começa utopia afirma-se a cidade do marketing, a cidade consensual que repudia qualquer debate aberto e teme o conflito. De outro, tem-se a utopia da cidade democrática. Em vez de dominada pelo mercado e pela mercadoria, é dirigida pela política. Nela, o conflito, em vez de ser temido, é desejado, pois é visto como elemento fundamental da transformação da cidade. Nela os cidadãos não são vistos nem como espectadores das realizações de um prefeito iluminado, nem como simples consumidores da mercadoria urbana. Seus habitantes são pensados como cidadãos em construção, que, ao se construírem, constroem também a cidade. (VAINER, 2003, p. 30).

O que se quer decifrar aqui é como o discurso da estigmatização das favelas e sua remoção volta a se tornar hegemônico e é disseminado pela imprensa. Para tanto, a análise do discurso torna-se fundamental, afirma Bourdieu: “inúmeros debates de ideias tornam-se menos irrealistas do que parecem quando se sabe o grau com que se pode modificar a realidade social ao modificar a representação dos agentes a esse respeito” (1996, p. 118-119). Neste trabalho, trataremos desse período, 1960-1970, de maneira mais detalhada no próximo capítulo, levando-se em conta sobretudo a experiência das famílias transferidas para Vila Kennedy, embora se cite igualmente alguns casos coletados junto a moradores de Vila Aliança. Nas reportagens que serão citadas a partir de agora, vê-se a intenção de transmitir ao leitor uma aura de neutralidade, objetividade e naturalidade.

### **3PÁGINAS DE ILUSÃO: A IMPRENSA COMO MENSAGEIRA DA UTOPIA**

Este capítulo apresentará a realidade construída pela mídia e seu possível impacto na formação do público. Em seu livro “Mitologias” Roland

Barthes (1957), conta que, ao se deparar numa barbearia em Paris com a revista Paris-Match, na qual a capa retratava “um jovem negro vestindo um uniforme francês faz a saudação militar, com os olhos erguidos, fixos sem dúvida numa prega da bandeira tricolor”, ele teve uma percepção da intenção daquele veículo de comunicação. A cena tinha como pano de fundo os conflitos coloniais, e aquela foto queria induzir o leitor que o império francês contava com negros fiéis ao poder da metrópole, que naquela altura, tentava manter seu império colonial africano.

A imagem da revista negava os conflitos e as contradições do imperialismo francês. Para Barthes, portanto, o mito deturpa ao mesmo tempo que naturaliza.

Estou no cabeleireiro, dão-me um exemplar do Paris-Match. Na capa, um jovem negro vestindo um uniforme francês faz a saudação militar, com os olhos erguidos, fixos sem dúvida numa prega da bandeira tricolor. Isto é o sentido da imagem. Mas (...) bem vejo o que ela significa: que a França é um grande Império, que todos os seus filhos, sem distinção de cor, a servem fielmente sob a sua bandeira, e que não há melhor resposta para os detratores de um pretense colonialismo do que a dedicação deste preto servindo os seus pretensos opressores. (BARTHES, 1957, p. 138)

O sociólogo, semiólogo e filósofo francês, Roland Barthes, trata a grosso modo de como a imprensa dá um ar de naturalidade a determinadas questões, muitas vezes, mascarando a realidade. E, por isso, será um instrumento de auxílio teórico na análise das reportagens do Globo sobre Vila Kennedy e Vila Aliança, em 1964, um tempo em que a Rede Globo sequer existia e a própria televisão no país estava em plena adolescência, enquanto o jornal em questão, lançado em 1925, já era um veículo de comunicação consolidado e, portanto, inserido no contexto da cultura de massa tão examinada por Barthes.

Barthes trabalha a partir de conceitos de Ferdinand Saussure, linguista e filósofo suíço, considerado um dos criadores da semiótica. Para Saussure, signo seria a soma de significado mais significante, sendo este a forma e o som, e aquele, o conceito. Tal formulação é assim descrita pelo cientista político Luis Felipe Miguel (1998), que se utilizou de uma das mitologias do próprio Barthes já supracitada.

Roland refere-se à foto da capa de uma edição da Paris-Match, em que um soldado negro, vestindo o uniforme francês, saúda a bandeira tricolor. Esse

é o primeiro sistema semiológico, o significante do mito. Seu significado remete à "harmonia" vigente no seio do império colonial francês, uma vez que o jovem africano não só está integrado ao exército nacional como venera a bandeira que, afinal, é de todos. A imagem, de fato, não esconde a presença do colonialismo francês, mas a deforma, fazendo passar por conformidade e parceria o que é tensão e opressão. O mito extrai sua força da característica de não se apresentar como símbolo, mas como fato. O soldado na ilustração da Paris-Match "não é símbolo do Império francês, tem presença a mais para isso, apresenta-se como imagem rica, vivida, espontânea, inocente, indiscutível". (BARTHES, 1989 apud MIGUEL, 1998, p. 14)

Embora o exemplo extraído da imprensa seja de um discurso eminentemente político, não é difícil perceber o mesmo tipo de articulação na publicidade comercial, articulação que se faz entre o produto e o status que ele insinua proporcionar. O soldado negro perde, na capa da revista, a sua história, que é também a história do colonialismo francês na África. Sua presença na fotografia, purificada pela semântica do mito, aparece como natural. Eis aí a história transformada em natureza, prestidigitação básica do mito tal como entendido por Barthes, isto é, como mistificação. Ao eliminar a história, o mito despolitiza seu objeto. Não pode deixar de chamar a atenção o contraste entre a função política do mito e a forma despolitizada com que ele se apresenta ostensivamente (Miguel, 1998).

Em artigo, Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl (2004), explica como a retirada do contexto históricos de fatos publicados na imprensa ajuda na formação do mito de Barthes.

No início do século XX, Saussure identificou um deslizamento entre o significante e o significado. Um patina sobre o outro, sempre, deslocando os sentidos; o que não era passa a ser, deixando de ser no instante seguinte. Significantes e significados, como amantes fugidios, entregam-se e escapam-se, sem que se saiba direito por quê. No momento preciso em que há uma fixação de um sobre o outro, cristaliza-se a ideologia. O sujeito tem a sensação de que *coisas fazem um sentido!* Claro: sentido ideológico. A ideologia se movimenta justamente *sob* a paralisação do significado sob o significante (ou *sobre*, tudo é uma questão de ângulo), que produz o que Roland Barthes chamou de *naturalização* das significações, com a perda de seu caráter histórico e contingente. (BUCCI e KEHL, 2004)

É interessante também pensar que o mito sustenta essa paralisação. Ideologia e mito, escondem do sujeito essa condição inevitável, a de que tudo é

transitório, e tudo o que concerne ao homem é de responsabilidade dos homens, das relações de troca e de poder entre humanos. Tudo, inclusive ele, o sujeito que, como define Lacan, nada mais é que um significante à deriva. (Bucci e Kehl, 2004)

Uns dos textos que Barthes escreveu em “Mitologias” chama-se “Continente Perdido”, ele explicita sua análise quanto à distorção do documentário em relação ao Oriente, o que serve para adjetivar, de certa forma, o que o jornal O Globo pretendeu ao tentar fazer valer uma visão sobre os então novos habitantes de Vila Kennedy e Vila Aliança, a qual se pode supor que nem os próprios acionistas do periódico acreditavam.

Barthes destaca a função do exotismo na história, que é a de “negar qualquer situação da História”:

O processo de irresponsabilidade é claro: colorir o mundo é sempre um meio de o negar. O Oriente, desprovido de toda a sua substância, rechaçado na cor, desencarnado pelo próprio luxo das “imagens”, está enfim pronto para que o filme o escamoteie devidamente, operação que lhe estava reservada. (BARTHES, 1957, p. 105)

Foi nessa perspectiva que o jornal O Globo direcionou, nos anos 60, seu noticiário em relação às remoções de famílias transferidas para os conjuntos habitacionais Vila Kennedy e Nova Aliança. As reportagens seguiam uma linha pela qual se costuravam dados com pontos positivos daquelas mudanças compulsórias. Na Vila Kennedy, porém, como demonstrou reportagem do próprio Globo 47 anos depois, os então novos moradores já se depararam com grandes dificuldades logo no primeiro dia:

Equilibrando-se em caminhos paus de arara, os moradores chegavam por ruas de terra batida com milhares de casas, todas idênticas. Era janeiro de 1964. Começava a ser ocupado um dos maiores conjuntos habitacionais do Rio: a Vila Kennedy, na Zona Oeste, com 5.054 moradias. Os moradores vinham de favelas de áreas centrais da cidade, como o Morro do Pasmado, em Botafogo, a comunidade do Esqueleto, no Maracanã, e as da Praia de Ramos e de Maria Angu, na Zona da Leopoldina. E, num lar imposto, a 40km do Centro, tiveram que readaptar suas vidas com comércio e transporte precários e sem trabalho perto. (JORNAL O GLOBO, 9 de maio de 2011)

Na mesma reportagem, a residente Ana Maria Barbosa, que fora transferida da Favela Maria Angu, em Ramos, detalha o impacto da transformação:

Nós nos sentíamos no meio do nada: mato por todo lado, mosquito. A casa era pequena, de 44 metros quadrados e um quarto, para meus pais e cinco irmãos. Era comum ver móveis na rua porque não



cabiam nas casas. Quando chovia, alagava e perdíamos tudo.  
(JORNAL O GLOBO, 9 de maio de 2011)

Os outros relatos da mesma reportagem mostram o nível de violência daquela operação. Antônio Cândido Ferreira, que morava no Pasmado, conta sua percepção:

Passei a acordar de madrugada para ir ao Centro. Muita gente perdeu o emprego. Mas não tivemos opção. Era a Vila Kennedy ou a rua. Nem escolhemos nossas casas. Funcionários do governo apontavam onde moraríamos. Para piorar, as chaves eram todas iguais e abriam as portas de qualquer casa. (JORNAL O GLOBO, 9 de maio de 2011)

O empresário Jorge Melo foi um dos removidos do Esqueleto, que deu lugar à UERJ, para a Vila Kennedy. Ele lembra que, na época, os pais receberam a promessa de que os filhos teriam vaga na universidade, o que não foi cumprido. E diz que, se moradores dali tiveram uma mobilidade social, foi por conta própria.

Desde o início o lugar foi deixado ao largo, possibilitando o surgimento de favelas próximas ao conjunto, como Vila Metral e Alto Kennedy. Conjuntos que vieram depois na própria Vila Kennedy, como o Quafá e o Malvinas, passaram pelo mesmo problema.

Mas, em abril 1964, O Globo iniciava uma série de reportagens intitulada “Casa Nova, Vida Nova”, numa alusão à mudança de moradores expulsos de favelas para os conjuntos de Vila Aliança e Vila Kennedy. As reportagens ativeram-se a recém-construída Vila Aliança, na chamada de capa do jornal, uma foto com duas crianças num carrinho de madeira com a seguinte legenda:

As crianças estão felizes, Seu brinquedo – um carrinho de madeira – não teria função se eles ainda estivessem morando no morro. Afinal, o espaço da favela era pouco e a vida difícil. As crianças agora moram em Vila Aliança, E podem brincar à vontade. (JORNAL O GLOBO, 21 de abril de 1964)

No caso da chamada de capa da primeira página, o texto nunca é do repórter, mas sim, de um editor com grande prestígio na empresa jornalística. Ao comentar a série, que iniciara no dia anterior, o texto da primeira página mostra não só superficialidade como também a intenção de não contextualizar como foi feita a mudança das favelas para Vila Aliança. O texto claramente dá um tom negativo à vida na favela.

De certa forma, lembra reportagens sobre a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no que se refere aos pretensos novos hábitos das crianças, como demonstra o texto da revista *Veja* publicada em 2010, com o seguinte título: “Cidade de Deus: sai o CV (Comando Vermelho) entra a UPP”.

Implantada em 2009 na Cidade de Deus, a UPP começa a transformar a realidade dos 120 mil moradores da favela da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Embora os moradores e policiais ainda estejam construindo a relação de confiança, já é possível ver crianças brincando nas ruas sem medo de balas perdidas. As partidas de futebol voltaram a ser disputadas sem medo de que a rivalidade de traficantes entre em campo e as famílias podem sair às ruas durante a noite. (REVISTA VEJA. 19 de outubro de 2010)

A comparação entre a instalação de um conjunto habitacional e a implantação da UPP surge aqui para mostrar não só a impossibilidade de se julgar uma política em curto prazo como também para expor a adesão de veículos de comunicação a políticas públicas de antemão, sem grandes críticas e com reportagens em que o espírito crítico é deixado de lado em nome de se obedecer a uma linha editorial.

Essa linha está presente na segunda reportagem da série “Casa Nova, Vida Nova”, na qual a então repórter Maria Ramos, que fez um texto descritivo sobre Vila Aliança no dia 21 de abril. Nele, apesar de adjetivos de gosto duvidoso, há a clara intenção de mostrar o conjunto como um lugar bom de se viver.

Crianças brincavam na soleira das portas. Dois pretinhos tomavam banho num tanque. Nas casas, roupas brancas amontoadas nas mesas, sendo passadas a ferro. Impressionante a limpeza das casas e o brilho das baterias de cozinha. Um ar de descanso que não conhecemos na cidade e a carrocinha de verduras a atravessar a rua, em frente ao botequim, onde garotas compravam refrigerantes. (JORNAL O GLOBO, 21 de abril de 1964)

No texto, vê-se a tentativa de naturalizar a vida em Vila Aliança, ao mesmo tempo que se idealiza aquele cotidiano. As palavras escritas com um quê de pretensão literária, contêm adjetivos como contente, feliz e estupendo (este se referindo ao lugar; e aqueles, à sensação em Vila Aliança). Há nele também um pretense caráter civilizatório.

Encontramos do Dr. Petersen, engenheiro fiscal, que disse considerar como síntese da vida de um ex-favelado o que acabara de ouvir:

“- Doutor, eu aqui estou aprendendo a viver”. (JORNAL O GLOBO, 21 de abril de 1964).

Mesmo um dos maiores problemas daquela remoção, que foi o de retirar as pessoas para um lugar muito longe dos seus empregos, foi amenizado na reportagem.

O marido, servente do Jockey Club, é ex-combatente e surdo. Apesar da viagem para o serviço, onde ainda se encontra, ele está feliz por viverem ali. (JORNAL O GLOBO, 21 de abril de 1964)

Na quarta e última reportagem da série, houve uma conclusão na qual a superficialidade ajuda na manutenção da ideia mitificada de que Vila Aliança e Vila Kennedy é uma espécie de reino encantado.

Com estas histórias singelas, contadas ao sabor dos imprevistos, a repórter quis dar aos leitores uma ideia sobre a realidade dos favelados que agora vivem na Vila Aliança e na Vila Kennedy, núcleos recém-formados com a intenção de dar a estes uma vida mais digna e mais humana. (JORNAL O GLOBO, abril 1964)

Ainda na conclusão na série, a repórter cita o fato de que a fecharia com a visita ao primeiro bebê nascido na Vila Kennedy, cujo nome, Jacqueline, foi uma homenagem a então primeira-dama dos Estados Unidos. “Ela está crescendo ali, com um futuro melhor à sua frente.” (JORNAL O GLOBO, abril de 1964)

Em maio de 1964, um mês depois da publicação da série acima citada, O Globo criou um concurso para premiar as duas famílias que mais rapidamente integraram-se ao seu novo local de residência. O concurso foi anunciado em chamada na primeira página com uma foto de uma mãe com seus oito filhos. A legenda da foto mantém a linha de dizer, a todo custo, que aquela mudança fora positiva:

O sorriso de D. Heloisa e de seus oito filhos não é forçado. Exterioriza, apenas, a satisfação de todos por terem sido transferidos de um barraco no Caju para uma casa higiênica e confortável na Vila Kennedy. (JORNAL O GLOBO, maio de 1964)

Mesmo nas reportagens em que se apresentavam problemas em relação à mudança para os dois conjuntos, o texto do jornal tratava de amenizá-los. Um texto de fevereiro de 1964, ilustra bem esse intenção de não dar relevância à revolta de moradores de favelas:

Moradores da favela de Ramos contestaram notícia de que estavam revoltados com a decisão do governo estadual de transferi-los para a Vila Kennedy, em Bangu. Apenas os pescadores da colônia Z – cerca de 30 – também residentes da favela é que pediram ao Sr. Belo Piragibe que pudessem construir casas em terreno próximo, pois, na sua profissão, lhes convém melhor ficar à beira-mar. (JORNAL O GLOBO, fevereiro de 1964)

Uma das reportagens mais críticas à mudança tem o seguinte título: “Ficar longe dos amigos foi o problema que surgiu com a mudança para a Vila Kennedy”. Nela, há uma moradora reclamando da ausência de seus antigos vizinhos e da dificuldade de sua família de fazer novos amigos. A própria reportagem, contudo, quis demonstrar a satisfação daquela família: “A família Santos, constituída de onze pessoas, morava num barraco pequeno e sujo na Gávea e recebeu duas casas na Vila Kennedy, estando muito satisfeita”. (JORNAL O GLOBO, 1964)

As reportagens citadas foram feitas com a pressão de uma linha editorial afeita à política de remoções e aos feitos do então governador da Guanabara, Carlos Lacerda. O que se quer dizer é que é uma tarefa difícil fazer uma reportagem com espírito crítico quando o jornal demonstra que determinado assunto é para ser tratado de forma positiva.

Em 21 de abril de 1964, O GLOBO dava mais uma demonstração de apoio à construção de conjuntos habitacionais para erradicar favelas. Era então o quarto aniversário da Guanabara. O periódico publicou duas fotos ladeadas de dois “exemplos para o Brasil” dados pela Guanabara em seu aniversário: o Parque do Flamengo e a Vila Kennedy. O texto da Vila Kennedy confirma o apoio entusiasmado pelo conjunto e despreza a vida em favela:

Vila Kennedy, um dos vários conjuntos destinados a receber os habitantes de favelas cariocas. É o Rio mostrando como se pode acabar com as favelas, os mocambos e que outros nomes tenham esses amontoados de pessoas que são uma ofensa à dignidade humana. (JORNAL O GLOBO, 21 de abril de 1964)

O próximo capítulo tratará deste problema no cenário atual, expondo todo o contexto histórico das remoções do governo de Eduardo Paes, iniciado em 2009.

## 4 REMOÇÕES DA ATUALIDADE

No Rio de Janeiro, atualmente, a prefeitura é a instância do poder público que mais promove a remoção de famílias, enquanto os governos federal e estadual não fazem qualquer contraponto a essa política. A imprensa tradicional, por sua vez, ao não adotar uma postura crítica quanto às remoções, deixa de cobrir as violações de direitos a elas atreladas. O ano de 2009 é um ano-chave para entender a estratégia de se recolocar o tema da remoção no debate público e assim, legitimá-lo.

Neste ano o jornal O Globo suscitou uma volta ao tema em suas páginas, como assinalou Magalhães (2012), o primeiro passo foi dado na coluna do jornalista Ancelmo Góis (Jornal O Globo, 29/03/2009), na qual foi publicado um texto, entre duas fotos, com dois momentos do Morro da Catacumba. No primeiro, vê-se a favela incrustada no morro, com centenas de casas de madeira; no segundo, após a erradicação de toda a comunidade em 1970 no governo Negrão de Lima, o morro aparece sem casas, como a realçar uma bela paisagem da cidade à margem da Lagoa Rodrigo de Freitas. Num dado momento, o texto da coluna diz que os casos de remoção devem sempre dar moradia digna aos “desalojados”.

Seja como for, na nota há uma frase que sintetiza seu objetivo implícito: a palavra “remoção foi satanizada, mas não deveria”. Esta pode ser lida como o texto-matriz da retomada do tema das remoções pela imprensa conservadora carioca e o prisma naturalizante, a partir do qual o tema será abordado subsequentemente.

A esta nota, seguiu-se um artigo publicado na parte de opinião do O Globo assinado por Ali Kamel, diretor de jornalismo da Rede Globo. No parágrafo final, há um tom de previsão dos acontecimentos, quando o articulista conclui:

Mas olhando para o futuro, ainda dá para sonhar. Por exemplo, eu dava como certo que ninguém mais no Rio queria ouvir falar em remoção. Mas quando li, na Coluna de Ancelmo Gois, que ‘remoção

foi satanizada, mas não deveria', eu percebi que alguma coisa pode estar mudando. Afinal, o Ancelmo tem sido um dos nossos melhores radares. (JORNAL O GLOBO, 7 de abril de 2009)

Em seguida, dando continuidade à afinidade de opiniões, o prefeito Eduardo Paes declara, no mesmo jornal:

A remoção não é a melhor opção no caso de comunidades já consolidadas. Mas o assunto não pode ser tratado como tabu, nem descartado completamente. Por isso, deve e merece ser discutido pela sociedade. (JORNAL O GLOBO, 12 de abril de 2009)

No entanto, o que se observou em seguida foi que o prefeito não fomentou tal discussão na forma de um debate público minimamente democrático. O que a Prefeitura do Rio decidiu fazer foi pôr em prática uma política de remoções de assentamentos precários, paralela ao abandono do programa de reurbanização de favelas.

No dia 15 de outubro de 2010, em artigo assinado pelo prefeito Eduardo Paes e pelo presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Sérgio Magalhães, na página de opinião do jornal O Globo, o prefeito prometeu urbanizar todas as favelas do Rio até 2020. Quase quatro anos depois do artigo, o cenário é de desolação entre os 40 escritórios que fizeram um concurso para o IAB naquela época, para pôr em prática o que seria o grande desafio desta administração municipal: a reurbanização de favelas. Jonathas Magalhães, arquiteto à frente de um dos 40 escritórios contratados para o projeto que compreende 260 favelas, deu a seguinte declaração:

O programa foi abandonado. E, sinceramente, não sei se vou querer retomar um contrato com Eduardo Paes, que, em vez de fazer algo diferente do que se vê nas outras cidades, resolveu radicalizar a política de remoções. (OGLOBO, 1 de julho de 2013).

Após dada a largada na política de remoções, o tema saiu da pauta dos principais veículos da imprensa conservadora carioca. Apesar da prefeitura ter começado a remover milhares de famílias, estes fatos não foram noticiados sistematicamente; pelo contrário, observou-se um grande silêncio sobre a questão na grande imprensa, afinada com a política de remoção da prefeitura.

O Jornal O Dia, como dito no primeiro capítulo, deu publicidade ao fato de que milhares de famílias estavam deixando suas casas em função das obras da cidade. Os veículos das Organizações GLOBO, rádio, jornal, revista, tevê e tevê fechada, não abordaram o tema, embora ele seja de grande interesse jornalístico.

A extraordinária resistência de famílias da Vila Autódromo, localizada em terreno ao lado do Parque Olímpico, onde ocorrerá a maioria das competições dos Jogos de 2016 e se erguerão vários prédios de classe média alta, foi tornada invisível pelos veículos de comunicação conservadores, que simplesmente não noticiaram este fato notável da história da cidade.

A ausência desses veículos de comunicação manteve-se mesmo quando o projeto de reurbanização da Vila Autódromo conquistou um prêmio internacional de urbanismo, concedido pela excelência do plano popular de reurbanização do lugar elaborado, em parceria com as universidades UFRJ (ETTERN/IPPUR) e UFF (NEPHU). A prefeitura também silenciou, o projeto ficou em primeiro lugar no prêmio Urban Age, dado pelo Deutsche Bank e pela London School of Economics. Esta premiação costuma ser uma cerimônia que envolve a autoridade máxima do município, mas o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes embora convidado, não apenas não foi ao evento de entrega de R\$ 80 mil à comunidade, como também nem sequer enviou um representante da prefeitura à premiação.

Em entrevista ao Canal Ibase, Altair Antunes, presidente da Associação de Moradores da Vila Autódromo, disse:

O prefeito não quis que ninguém da prefeitura entregasse o prêmio porque desse jeito o poder público iria legitimar algo que quer tirar do mapa. Outro dado curioso é que ninguém da grande imprensa brasileira registrou nossa conquista. (IBASE, 9 de dezembro de 2013)

Para se ter ideia da assimetria de abordagens entre a imprensa conservadora brasileira e a imprensa internacional, basta citar que o jornal francês Le Monde deu grande destaque à premiação. Os registros na matéria evidenciam a fragilidade deste argumento para com a remoção, o BRT transolímpico já até saiu dos planos da prefeitura. Depois ignorar toda a disputa política e judicial em torno do tema e de apresentar como fato consumado as razões por que a Vila Autódromo será removida, a matéria admite que há uma polêmica em torno da questão:

A prefeitura defende que ela é indispensável ao projeto olímpico. Mas ONGs ligadas a movimentos sociais afirmam que a remoção teria interesse apenas econômico, já que terrenos do entorno se valorizarão ainda mais com as Olimpíadas. (LE MONDE, 5 de dezembro de 2013)

Ou seja, o jornal seleciona um motivo real para a remoção, no qual se veem fragilidades argumentativas, em seguida informa motivos dados pela prefeitura sem aprofundá-los e põe afirmações mais críticas como tivessem sido dadas por ONGs ligadas a movimentos sociais, sem dar voz a qualquer morador da Vila Autódromo. Outro aspecto que essa questão suscita é a criminalização dos moradores de comunidades ameaçadas de remoção.

A comunidade do Horto Florestas, no bairro do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, é um das que vêm sendo criminalizada. Foi taxada de invasora pelo jornal O Globo, embora seja uma população tradicional no local. Nas disputas fundiárias ali, há que se chamar a atenção de que o preço da terra é muitíssimo alto e a elite da Zona Sul não deseja a proximidade de suas residências com famílias de baixa renda. A reportagem referida (Jornal O Globo, 15/11/2012), tem o seguinte subtítulo: “Invasores vão ao Supremo contra o TCU”, numa alusão ao fato de o Tribunal de Contas da União ter fixado um prazo de 450 dias, para a desocupação da área. Assim, o jornal já parte do princípio de que os moradores do Horto são invasores.

Em entrevista ao Canal Ibase, o jurista Edesio Fernandes, ao analisar a questão do próprio Horto, fez um comentário que põe por terra os já frágeis argumentos que taxam moradores de invasores, sem conhecer a história de uma ocupação.

No Horto (comunidade ameaçada de remoção por estar na área do Jardim Botânico, no Rio), há pessoas de 70, 80, 93 anos que nasceram e foram criadas lá. Essas pessoas têm filhos, netos e bisnetos que lá moram. Há mesmo quem tenha ligações com antigos escravos que viveram na área. Como chamar de invasor uma pessoa que nasceu lá há tantas décadas? O fato é que até os anos 1980 a questão ambiental nunca foi obstáculo à presença dessa comunidade, mesmo porque não havia essa questão como nós a articulamos hoje. Essa comunidade, portanto, nunca foi nociva ao Jardim Botânico. E o tempo cria direitos, esse é o princípio tradicional do direito. Você não pode penalizar toda uma comunidade se, no passado, as ações do poder público foram no mínimo ambíguas, quando não muito assertivas, quando não houve fiscalização, mas sim tolerância de órgãos do governo federal e até mesmo incentivo à ocupação. Não há como ignorar tudo isso, taxando as pessoas de invasoras de maneira tão simplista. (IBASE, 27 de junho de 2013)

O silêncio da imprensa conservadora dificulta a compreensão das complexidades da moradia popular no Rio de Janeiro e no Brasil de forma geral. Nela, se houver, devem ser raros os registros sobre os aspectos jurídicos atrelados ao direito à moradia. Em entrevista ao Canal Ibase. Edésio



Fernandes, ao analisar o caso do Horto, traz à superfície informações não disseminadas na imprensa, como a de que a Constituição Federal de 1988:

Passou a reconhecer o princípio da função social da propriedade, inclusive da propriedade pública. Também na Constituição de 1988 é aprovado no país o princípio do direito coletivo à regularização fundiária de assentamentos informais consolidados. Já em 2000, foi aprovada a emenda constitucional assegurando o direito social à moradia. E, em 2001, como complementação do Estatuto da Cidade que tinha sido aprovado, o governo federal baixou uma Medida Provisória (MP), a de número 2.220, disciplinando o instituto da Concessão de Uso Especial para fins de Moradia em bens públicos. Trata-se de uma medida que se aplica ao caso do Horto para garantir a permanência da comunidade, já que se trata de ocupação de terras da União. Essa MP não ignorou a questão ambiental, mas declarou que, quando há valores sociais de moradia e valores ambientais a serem considerados, tem-se que buscar como princípio um cenário possível de equilíbrio entre o social e o ambiental. (IBASE, 27 de junho de 2013)

No caso do Horto, a imprensa tradicional, sobretudo O Globo, se atém aos argumentos com base no direito ambiental. Dessa forma, há uma estigmatização das pessoas que moram em áreas sob ameaça de remoção como “inimigas do meio ambiente”.

A discussão sobre área de risco na imprensa também é algo superficial. O caso da parte mais alta do Morro Santa Marta, em Botafogo, é exemplar nesse aspecto. O governo do Estado anunciou que o Pico, a localidade em questão, será alvo de remoção das famílias que ali residem, sob alegação de que se trata de área de risco. No Pico, contudo, já foram feitas obras de contenção de encostas pela prefeitura. Líderes comunitários dali chamaram um engenheiro para pedir mais um laudo. E o engenheiro concluiu que não há risco de se morar naquele lugar, formando assim um contralaudo. Esse debate também ficou invisível, embora haja trabalhos acadêmicos que analisam em profundidade o argumento do risco como estratégia de legitimar remoções, como o de Renato Cosentino Vianna Guimarães e Renata Neder Farina.

No Rio de Janeiro, deslizamentos e mortes, o discurso do risco, são usados então para justificar e avançar na construção de muros e políticas de remoção. Mike Davis lembra que muitos dos “riscos naturais” são evitáveis. A ocupação de áreas sujeitas a inundações, encostas, antigos lixões, etc, ampliam os riscos naturais, e isso é negligenciado pelos governantes, que não agem para dar acesso à terra urbana à população de baixa renda por pressões financeiras externas. Isso faz com que os pobres sejam empurrados para espaços não desejados pelo mercado ou que não deveriam ser ocupados, como áreas de proteção ambiental. (GUIMARÃES; FARINA, 2012, p. 9)

Utilizando-se do argumento ambiental e o de área de risco, O Globo, por exemplo, em sua linha editorial, atribui à palavra remoção uma naturalidade que, do ponto de vista do respeito ao direito humano à moradia e às próprias leis do país, não conviria a uma prática governamental democrática. Ao se analisar o tema da habitação sem os contextos históricos dados, corre-se o risco dos diferentes níveis de governo entregarem essa questão aos humores do setor imobiliário e as ações deste com o próprio poder público, como já vem ocorrendo no programa do governo federal Minha Casa, Minha Vida (MCMC).

Como afirmam Cardoso e Aragão, o (MCMV), além de acentuar o efeito de concentração da produção em poucas construtoras, “também refletiu na composição do cenário econômico brasileiro, tendo a construção civil ampliado sua participação entre as 500 maiores empresas do país”. (CARDOSO; ARAGÃO, 2012, p. 12)

No Rio, os donos das construtoras optam por investir na compra de terrenos com preço mais baixos, condição que é satisfeita em bairros da Zona Oeste, longe dos principais centros de trabalho da região metropolitana.

## **5 CONCLUSÃO**

Os meios de comunicação devem ser incluídos como atores relevantes nas análises sobre o tema da remoção no Rio de Janeiro. Deve ser considerado, portanto, como um importante ator desse processo, que no Rio vem acontecendo com mais ou menos intensidade há mais de 100 anos. Registros da própria imprensa demonstram que ela, representada aqui como empresas jornalísticas, contém registros não só que corroboram a remoção como solução habitacional como também inserem nesses registros uma cumplicidade de opinião nesse sentido com parte da classe média e do poder público. Mais do que isso, a imprensa conservadora carioca vem assumindo nas últimas décadas o papel de legitimação e naturalização de um tipo de política questionável, que vem sendo indagada por atores relevantes, como as universidades e as próprias comunidades, mas que não logram divulgar seu argumento e pontos de vista em função do bloqueio observado na grande imprensa.

De ideologia assumidamente liberal, a imprensa de forma geral no Rio de Janeiro vê o fim dos assentamentos precários, como a defesa da propriedade privada e das marcantes diferenças entre residências tão caras ao mercado imobiliário, pois, como diz o geógrafo britânico David Harvey:

O poder de apropriação de renda é uma relação de classe e temos de entendê-lo assim se quisermos compreender como emergem as diferenciações residências dentro das cidades e até que ponto tal fenômeno é o resultado de escolhas forçadas ou livres. (HARVEY, 1982, p. 13)

Atualmente as reportagens de um jornal como O Globo dão pesos distintos às remoções, no sentido de avalizá-las aos consequentes reassentamentos provocados por elas. Não se vê uma preocupação no O Globo sobre como será feito o reassentamento das famílias ou que leis estão envolvidas nessa realocação. Não por acaso, numa remoção ocorrida na Favela do Horto, houve silêncio dos veículos das Organizações Globo sobre como ela se procedeu.

Observando-se a questão sob essa perspectiva, uma brutal transformação foi mostrada pelo próprio O Globo três anos depois da inauguração das vilas Kennedy e Aliança. Os otimistas textos do primeiro ano das vilas Kennedy e Aliança, em 1964, contrastam com a sequência de manchetes seguintes: “Quem mora em Vila Aliança sente saudade da favela (07/09/1967); “Vila Kennedy, um mundo de problemas e desilusões” (15/05/1968); “Vila Kennedy: um problema esperando solução” (14/04/1969); “Vila Kennedy precisa de indústria que dê emprego e boa fama” (31/06/1970); “Vila Kennedy, Uma favela de alvenaria para 35 mil ex-favelados” (22/07/1975) “Vila Kennedy 20 anos depois: o sonho que se transformou em pesadelo” (19/1/1984).

Esses problemas realçados pelas manchetes poderiam estar presentes naquelas reportagens sobre as vilas Kennedy e Aliança em 1964, quando elas foram consideradas como uma boa solução de habitação social para quem morava em favelas erradicadas à época. A falta de trabalho, os modos de vida nas favelas modificados compulsoriamente estão contemplados nas manchetes. Há que se ressaltar, portanto, a sintonia entre o próprio mercado imobiliário, a classe média, a imprensa e o poder público no passado e no presente do Rio de Janeiro quando o tema é remoção.

A própria palavra remoção, mais apropriada para se designar remoção de objetos e não pessoas, ou de lixo/entulho, já demonstra que o objetivo desses reassentamentos não é a melhoria habitacional da população dos assentamentos precários, mas, sim, mantê-los a distancia das áreas mais nobres da cidade. Instalado em dez blocos de apartamentos no Leblon, o conjunto habitacional Cruzada São Sebastião nesse sentido é, digamos, uma pedra no sapato dos moradores de classe media alta daquele bairro da Zona Sul. Chamado de câncer do Leblon por muitos desses moradores, a Cruzada é uma lição não aprendida, diga-se de passagem, de que famílias de diferentes rendas podem conviver num determinado espaço.

A luta de classes, aqui explicitada pela luta por espaços na cidade, explica em larga medida a vontade de certos atores de não reconhecer atualmente a legislação vigente sobre o Direito à Moradia. Mas há algo que precisa ser mais bem estudado: o preconceito contra a moradia popular e, obviamente, contra as famílias que ocupam as residências nesse contexto. Nele, os atores favoráveis à remoção querem naturalizar a palavra e o ato, saltando um importante capítulo da história quanto à ocupação dos territórios da cidade.

O tema da remoção das favelas é caro, portanto, à imprensa conservadora e ao setor imobiliário, sempre à procura de terrenos nas áreas nobres, numa cidade cada vez mais sem espaço nas áreas mais procuradas pela classe média, outro ator importante nesse contexto.

A atual administração municipal, ao se afinar com essa diretriz, viu-se com mais conforto para pôr em prática a política de remoções. Há que se notar que o poder público municipal, dessa forma, agradou certos setores em detrimento de outros. Ao agradar à imprensa, os dois – poder público e a própria imprensa, ganham laços que podem ser questionados à luz da ética. Pois se o papel da imprensa é questionar as instituições para qualificá-las, corre-se o risco de a imprensa fazer esse papel apenas parcialmente em nome de uma afinidade com o poder público.

A imprensa, mesmo a conservadora, deveria se manter distantes dos interesses do setor imobiliário. Mas não se vê nela grandes questionamentos desses nas reportagens e mesmo nas análises em colunas ou editoriais. Mesmo se a imprensa conservadora mudar de postura daqui para a frente,

pode ser que se revele ou não uma autocrítica, mas um cinismo em nome de recuperar alguma credibilidade após grandes estragos que levaram a mais de 80 mil pessoas deixarem suas casas de 2009. Seja em nome de mudanças urbanísticas, de risco ambiental ou de risco advindos de chuvas fortes ou inundações à beira de rios, argumentos que falseiam interesses econômicos cada vez menos inconfessáveis.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício. **Da Habitação ao Habitat: A Questão da Habitação Popular no Rio de Janeiro e sua Evolução.** Revista Rio de Janeiro, nº 10. Rio de Janeiro: 2004, p. 161-177. Disponível em:

[http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista\\_10/10-MauricioAbreu.pdf](http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-MauricioAbreu.pdf). Acesso em: 03/05/2014

\_\_\_\_\_. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro:Zahar Editor, 1987, p. 78.

ARAUJO, Flavio. **Paes Admite a Anistia:**Remoções Realizadas com Pouco Diálogo. Jornal O Dia, seção Rio. Rio de Janeiro: 19/02/2014.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **O Prefeito e o Povo.** Rio de Janeiro; Revista O Careta, 15/01/1921.

BARTHES, Roland. **Mitologias.** Tradutor: JRita Buongiorno e Pedro de Souza. 11ª Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

BENCHIMOL, Jaime. **Pereira Passos, um Haussmann Tropical.**Volume 11. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar quer Dizer.** São Paulo: Editora Edusp, 1996, p. 118.

BRUM, Mario. **A Cidade Alta histórias e memórias da remoção e a construção do estigma de favela num conjunto habitacional**. Editora Ponteio

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. **O Mito Não Pára**. Portal Observatório da Imprensa, edição nº 287. Rio de Janeiro: 27/07/2004. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/imprimir/1436> Acessado em: 03/05/2014

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro. In **Um Século de Favela**. ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARDOSO, Adauto. **Desigualdades Urbanas e Políticas Habitacionais**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2009, p 1-6. Disponível em [http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=154:desigualdades-urbanas-e-politicas-habitacionais&catid=36:colecacao-textos&Itemid=82](http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_content&view=article&id=154:desigualdades-urbanas-e-politicas-habitacionais&catid=36:colecacao-textos&Itemid=82). Acesso em: 03/05/2014

CARDOSO, Adauto; ARAUJO, Lopes Rosane; COELHO, Robson Will. **Habitação Social na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Coleção Habitare - Habitação Social nas Metrópoles Brasileiras: Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Rio de Janeiro: 2007, p. 56.

CARVALHO, Castelar de. **Para Compreender Saussure**. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

**DECRETO 391**, Rio de Janeiro: 10/02/1903. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/busca?q=Decreto+391%2F07%2C+Rio+do+Sul> Acessado em: 03/05/2014

DECRETO 6000. **Código de Obras do Governo Federal**. Rio de Janeiro: 1937.

DINIZ, Nelson. **De Pereira Passos ao Projeto Porto Maravilha**: Colonialidade do Saber e Transformações Urbanas da Região Portuária do Rio de Janeiro. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Bogotá: maio de 2012.

FAULLHABER, Lucas. **Portal Eliomar**: entrevista com o arquiteto Lucas Faullhaber da UFF, radiografia das remoções no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 29/05/2013. Disponível em: <http://www.eliomar.com.br/entrevista-arquiteto-lucas-faullhaber-da-uff-faz-radiografia-das-remoco-es-no-rio-de-janeiro/> Acesso em 03/05/2014

FURTADO, Fernanda; RESENDE, Motta Lucia Vera. **Discursos e Imagens Acerca de Intervenções Urbanas no Rio de Janeiro (1920-1940)**: a Questão da Valorização Fundiária em Planos e Projetos Urbanos. Revista de Pesquisa em arquitetura e urbanismo. São Paulo: 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44754> Acessado em: 03/05/2014

GALDO, Rafael; DAFLON, Rogerio. **Do Ruim para o Pior**: Favelas Foram Removidas para Conjuntos sem Qualquer Infraestrutura. Seção Grande Rio. Rio de Janeiro: O Globo, 08/05/2011, p. 10.

GUIMARÃES, Renato Cosentino Vianna; FARINA, Renata Neder. **1070 Muro Para Quem?** Disponível em: [www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/.../4309/4179](http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/.../4309/4179) Acessado em: 03/05/2013

GONÇALVES, Rafael Soares. A Reforma Urbana do Rio de Janeiro. Para Onde Vão os Pobres? In: **Favelas do Rio de Janeiro, história e direito**, Edição: 1ª. Rio de Janeiro: PUC e PALAS, 2013, p. 37-65.

\_\_\_\_\_. **A construção Jurídica das Favelas do Rio de Janeiro**: das Origens ao Código de Obras de 1937. IX Seminário da história

da cidade e do urbanismo. Rio de Janeiro: setembro de 2006. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1162> Acessado em: 03/05/2014

LAET, Carlos. **Que Poeira**. Seção de artigos no Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 24/05/1906.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: Saberes Coloniais e Eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005

MIGUEL, Luis Felipe. **Em Torno do Conceito de Mito Político**. Artigo para o Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Dados vol. 41 n. 3. Rio de Janeiro: 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581998000300005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000300005) Acessado em: 03/05/2014

MOLICA, Fernando. **O Rio que Remove**. Seção informe do Jornal O Dia. Rio de Janeiro: O Dia, 24/05/2013. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio/2013-05-24/informe-do-dia-o-rio-que-remove.html>. Acesso em 02/04/2014

MOURA, Victor Tavares de. **Esboço de um Plano para Estudo e Solução do Problema das Favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo cruz, 1940.

NOGUEIRA, Rubem R. **Controle Judicial das Desapropriações por Interesse Público**. Revista de Direito Público, número 30. São Paulo, julho-agosto de 1974, p. 5-16.

PAIXÃO, Cláudia Miriam Quelhas. **Rio de Janeiro e o Morro do Castelo: Populares Estratégias de Vida e Hierarquias Sociais (1904-1922)**. Dissertação



de Mestrado em História na Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: 2008.

PINHEIRO, Manuel Carlos; FIALHO, Jr. Renato. **Pereira Passos: Vida e Obra**. Coleção Estudos Cariocas. Rio de Janeiro: 2006, p. 1-14. Disponível em [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2376\\_Pereira%20Passos%20vida%20e%20obra.pdf](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2376_Pereira%20Passos%20vida%20e%20obra.pdf) Acessado em: 03/05/2014

ROCHA, Oswaldo Porto. **A Era das Demolições, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1886.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco. **Planejamento Urbano e Ativismos Sociais**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004, p. 44-45.

TABAK, Flavio. **Em Campanha, Paes Tenta Vincular sua Imagem as Transformações Feitas por Pereira Passos**. Jornal O Globo, seção Rio. Rio de Janeiro: 09/07/2012.

VAZ, Lilian Fessler. **Dos Cortiços às Favelas e aos Edifícios de Apartamentos: a Modernização da Moradia no Brasil**. Revista Analise Social, volume XXIX. Rio de Janeiro: 1994, p. 581-597. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377187I6iYL2uw3Xe43QN7.pdf> Acessado em: 03/05/2014

VALLADARES, Licia. **A Gênese da Favela Carioca: a Produção Anterior às Ciências Sociais**. Revista Brasileira das Ciências Sociais, volume 15, número 44. Rio de Janeiro: 10/12/2000, p. 6-34. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145> Acessado em: 03/05/2014

VAINER, Carlos Bernardo. **Utopias Urbanas e o Desafio Democrático**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, n. 105. Rio de Janeiro: 2003, p. 30.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 28.

[www.ibase.br](http://www.ibase.br) acessado em 03/05/2014

[www.odia.ig.com.br](http://www.odia.ig.com.br) acessado em 03/05/2014

[www.oglobo.globo.com](http://www.oglobo.globo.com) acessado em 03/05/2014

[www.vejario.abril.com.br](http://www.vejario.abril.com.br) acessado em 03/05/2014